

Vários olhares sobre as diferenças na vinculação e contributos para a intervenção precoce

Marina Fuertes

Escola Superior de Educação de Lisboa

Resumo: Sabendo que a qualidade da vinculação afecta a formação da personalidade e o desenvolvimento infantil, é crucial estudar a relação entre pais e filhos no contexto das práticas de intervenção precoce. A vinculação pode ser uma área de actuação (em situações de risco como o abuso e o mau trato infantil) ou uma força (quando a família é uma base segura) passível de superar desvantagens sociais e atrasos de desenvolvimento.

Desde da proposta original de Ainsworth, o estudo das diferenças da qualidade da vinculação tem gerado uma vasta literatura e sofrido várias actualizações graças aos novos avanços da neuropsicologia e da psicologia evolutiva. No presente artigo, serão revistas diferentes abordagens sobre as variações individuais da vinculação com particular foco para as questões da vinculação atípica. Na discussão final, serão levantadas questões e potenciais contributos para a intervenção precoce no domínio da vinculação.

Palavras Chave: Vinculação, Intervenção Precoce, Base Segura

Abstract: Taking in consideration that attachment quality affects infant development and personality; it is of most importance for early intervention practices to understand parents and children relationship. Parents-infant attachment is simultaneous a chance of risk (when parents are abusive or neglectful) and resilience strength (when families are able to compensate certain risks).



Fuertes, Marina (2012). Vários olhares sobre as diferenças na vinculação e contributos para a intervenção precoce. *Da Investigação às Práticas*, II (1), 23-50.

Contacto: Marina Fuertes, Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal / marinaf@esexl.ipl.pt

From Ainsworth original framework, the study attachment quality as growing in large body of research and included news advances from other fields namely from Evolutionary Psychology. In this article, different approaches for atypical attachment from an evolutionary point of view are presented. Furthermore, some questions are raised concerning early intervention practices on promoting secure attachment.

Key words: attachment, Early Intervention, Secure Base

Résumé:

Sachant que la qualité de l'attachement affecte la formation de la personnalité et le développement de l'enfant, la compréhension de la relation entre parents et enfants est un facteur crucial pour le succès des pratiques d'intervention précoce. L'attachement est simultanément un domaine d'actuation (en situations de risque comme les abus ou les mauvais traitements) et une force (quand la famille est une base sécurisée) permettant de surmonter handicaps sociaux et retards de développement.

Depuis la proposition de Ainsworth, l'étude des différences de qualité de l'attachement a généré une vaste littérature et a subi plusieurs actualisations grâce aux nouvelles connaissances en neuropsychologie et en psychologie évolutionniste. Dans cet article, nous reverrons différents abordages sur les variations individuelles de l'attachement soulignant les questions de l'attachement atypique. Dans la discussion finale, nous poserons quelques questions et apporterons de potentielles contributions pour l'intervention précoce dans le domaine de l'attachement.

Mots clé: attachement, intervention précoce, base sécurisée.

Introdução

Estudos internacionais indicam que, em Portugal, apenas cerca de 3% das crianças recebem apoio educativo por problemas socioemocionais contrastando com 20% de prevalência noutros países europeus (European Agency for Development in Special Needs Education, 2003). Será que, em Portugal, existem menos crianças vítimas de abusos e negligência? Será que os problemas de comportamento, afectivos e de socialização são menos frequentes em crianças portuguesas? É pouco provável. Acresce que o conhecimento científico acumulado nos últimos quarenta anos indica que a organização dos processos socioemocionais afecta outras áreas do desenvolvimento e a saúde mental infantil (e.g., Greenberg, Speltz, & Dekleyn, 1993; Fuertes, Lopes dos Santos, Beegly & Tronick, 2006; 2009; 2011; van IJzendoorn, Dijkstra, & Bus, 1995; Buss & van IJzendoorn, 1988 van IJzendoorn, Schuengel, & Bakermans-Kranenburg, 1999).

Afinal, quais são as implicações de crescer sem uma base socioemocional segura? Que estilos de comportamento diádico podemos observar? Qual a função dos comportamentos afectivos das crianças e das mães?

Base segura

Anderson (1972) realizou, nos parques londrinos, um trabalho de natureza observacional onde verificou que as crianças de 3 a 4 anos tendiam a afastar-se da figura materna com passinhos lentos e de modo intermitente até uma certa distância. Atingido um determinado ponto, regressavam, rapidamente, para junto dela.

O desejo de explorar é regulado pela necessidade de proximidade. A criança procura adquirir autonomia e explorar o meio, mas também recupera a proximidade e o contacto com a figura de vinculação quando a distância instaurada entre ambas excede os limites do *suportável*. A aceitação e a disponibilidade manifestadas na resposta materna ao seu regresso contribuirão para promover a confiança infantil na relação.

Embora considerando que a necessidade de estabelecer relações de vinculação é resultante de uma predisposição seleccionada ao longo da filogénese, uma vez activado o sistema de vinculação, ele é confrontado com as respostas do meio. Por essa razão, Bowlby (1969/1982) considerou que a vinculação não segue um único caminho. Para o autor, as diferenças individuais na qualidade da vinculação são moldadas pela experiência e pelas representações estabelecidas a partir dessas experiências (modelos dinâmicos internos). Por exemplo, a variação na acessibilidade e a diversidade de respostas por parte do adulto são promotoras de diferentes expectativas infantis e, conseqüentemente, de diferentes organizações comportamentais.

Ainsworth (1965), no seu célebre estudo naturalista no Uganda, descreveu dois tipos de padrões de interacção entre filho e mãe: o *seguro* e o *ansioso*. A vinculação *segura* revela um tipo de relacionamento caracterizado pela “confiança” da criança no adulto. As experiências vividas pela criança dita segura permitem-lhe elaborar a expectativa de que em situações de

alarme ou de perigo a mãe sairá em seu socorro. Por esta razão, a criança segura, sempre que sente receio, mobiliza, activamente, comportamentos de procura de proximidade e de manutenção do contacto relativamente à figura materna para obter protecção e conforto. A relação estabelecida dá, também, à criança, a confiança necessária para explorar em condições não alarmantes. Este fenómeno foi denominado por Ainsworth (1965) de “base segura” ou “porto seguro”.

Em sentido contrário, a vinculação *ansiosa* resulta da experiência repetida de fenómenos de inacessibilidade, imprevisibilidade ou de baixa qualidade de resposta por parte do adulto. Tal circunstância suscita uma permanente ansiedade, que a leva a procurar a proximidade ou dirigir comportamentos de vinculação ao adulto, mesmo em momentos em que não existe qualquer situação objectiva de alarme. Deste modo, a criança diminui a exploração do meio, mesmo em circunstâncias, aparentemente, propícias.

O sistema exploratório e o sistema da vinculação funcionam de forma complementar. No perigo, o sistema de vinculação tem primazia face ao sistema de exploração porque atende a uma necessidade mais urgente – a obtenção de segurança.

Aceitando que o apego infantil pode ser exprimido de diferentes formas (posteriormente descritas por Ainsworth), importa saber qual o valor adaptativo de cada estratégia e qual o papel da evolução na organização de diferentes respostas. Neste domínio, existem diferentes posições entre os autores. Weinfield, Sroufe e Egeland (1999) defendem que, do ponto de vista evolucionista, os padrões seguro e ansioso são ambos adaptativos dado que nenhum dos dois compromete o sucesso reprodutivo do indivíduo e ambos permitem assegurar a protecção. No entanto, de um ponto de vista psicológico e desenvolvimental, os vínculos ansiosos estão associados a baixa autoestima ou dificuldades de relacionamento social (e.g., Bus & van IJzendoorn, 1988; Greenberg, Speltz, & Dekleyn, 1993; van IJzendoorn, Dijkstra, & Bus, 1995; van IJzendoorn et al., 1999). Bowlby (1969/1982) e Ainsworth (1965) argumentam que a vinculação segura corresponde ao padrão normativo da espécie humana, sendo os restantes produtos da violação das condições normais de relacionamento mãe-filho. Em apoio a este argumento verifica-se que a vinculação segura tende a ser o padrão mais frequente em todas as culturas estudadas (Belsky & Cassidy, 1994; van IJzendoorn & Sagi, 1999).

Contudo, a elevada prevalência da vinculação segura foi, essencialmente, observada no mundo ocidental. Escasseiam, os estudos em países periféricos, dominados por regimes totalitários ou em de guerra. E, no entanto, na história da humanidade, a fome, a pilhagem, as doenças foram perigos constantes. Será que a resposta segura é a mais adaptativa naqueles cenários? Do ponto de vista evolutivo, não é de esperar que a natureza privilegie somente uma determinada resposta. Para Belsky (1999), a resposta segura é, apenas, mais um estilo de resposta. Para o autor, a diversidade de respostas permite a preparação do indivíduo para lidar com diferentes meios e condições. Nesta perspectiva, todos os tipos de vinculação comportam vantagens individuais. As estratégias *ansiosas*, por exemplo, permitem através do evitamento, amenizar respostas hostis do adulto.

Crittenden & Claussen (2000) consideram que a evolução privilegiou a adaptação e a flexibilidade. Para a autora, a vinculação segura não pode ser vista como um “seguro de

vida” para a vida psicológica e para o desenvolvimento. A segurança afectiva é uma condição, aparentemente, favorável em determinados contextos (tornando a criança mais resiliente, mais confiante ou mais persistente na procura de soluções a problemas). No entanto, face à mudança das circunstâncias de vida, o modelo seguro poderá não ser o mais adaptativo. Simpson (1999) defende a ideia segundo a qual “*each attachment pattern reflects a different ecologically contingent strategy designed to solve adaptive problems posed by different rearing environments*” (p.125). Na verdade, face ao perigo (e.g., negligência materna) a estratégia segura não será, eventualmente, tão eficaz como a coerciva. Por esta razão, assumir a posição “segura”, “evitante” ou “resistente” de acordo com as condições ambientais parece corresponder à melhor forma de adaptação.

Padrões de vinculação – A tipologia A-B-C de Mary Ainsworth

Em 1954, Mary Ainsworth desloca-se para o Uganda onde tem a ocasião de observar os fenómenos da interacção mãe-bebé fora do contexto civilizacional de onde era originária (Bretherton, 1992). Durante esse período, a psicóloga canadiana apercebe-se da existência de diferentes “estilos” de relacionamento infantil para com a figura materna. Posteriormente, em colaboração com Wittig (Ainsworth & Wittig, 1969), imagina um procedimento experimental, concebido no pressuposto de que as respostas de vinculação são activadas na ausência da mãe, em particular perante pessoas e ambientes desconhecidos (*Situação Estranha*). Este procedimento é constituído por oito breves episódios com duas separações e duas reuniões à mãe e foi pensado de modo a instituir, progressivamente, condições eliciadoras de stress moderado.

A partir, sobretudo, da análise global das reacções infantis durante os episódios de reunião, Ainsworth pôde identificar três grandes padrões de vinculação (Ainsworth et al., 1978): o B (*seguro*), o A (*inseguro-evitante*) e o C (*inseguro-resistente/ambivalente*). Dentro de cada um destes tipos são descritas várias subcategorias (A1, A2, B1, B2, B3, B4, C1 e C2).

O grupo da vinculação *segura* (Tipo B) é o mais representativo, chega a atingir uma incidência próxima dos 65% nas amostras típicas americanas (de classe média). Aqui, o prestador de cuidados serve como base segura para a exploração e o seu regresso suscita satisfação. A criança saúda a figura materna ou sorri à sua chegada (B1 e B2) e pode procurar activamente a proximidade ou o contacto (B3 ou B4). A figura materna é recebida sem grandes manifestações de resistência ou de evitamento. Aliás, mesmo que a criança aceite a interacção com uma pessoa desconhecida a preferência é dada à mãe.

O grupo das crianças ditas *inseguras-evitantes* (Tipo A), constitui cerca de 20% das amostras típicas (Ainsworth et al., 1978). Os comportamentos predominantes são o evitamento da proximidade e do contacto, não se verificando respostas à chegada da mãe (ou quando surgem são dadas com considerável atraso). A generalidade das crianças com este padrão de resposta aceita a presença da Estranha. Este grupo reparte-se em duas modalidades de comportamento: as crianças do subgrupo A2 apresentam um registo contraditório, procurando a proximidade com comportamentos de evitamento, enquanto as do subgrupo A1 são marcadamente evitantes.

Por último, o grupo das *inseguras-resistentes/ambivalentes* (Tipo C) revelam, ao longo de toda a sessão, preocupação em manter a proximidade com a mãe. Porém, no seu regresso, reagem com assinalável resistência ou com demonstrações de irritação. Estas crianças são incapazes de utilizar a figura de vinculação como base segura de exploração. As do subgrupo C1 oscilam entre a procura e a manutenção de proximidade enquanto apresentam comportamentos de resistência. As do subgrupo C2 combinam a resistência com a passividade. Nos dois subgrupos, o convívio com a estranha é difícil, particularmente, na ausência da figura materna.

Vinculação Atípica

Depois do estabelecimento da tipologia A, B, C, verificou-se que uma pequena percentagem das crianças estudadas na Situação Estranha não se comportava de acordo com nenhuma das estratégias descritas. De facto, cerca de 5% das crianças das amostras de Ainsworth (e.g., Ainsworth et al., 1978) não correspondiam ao padrão seguro, evitante ou ambivalente/resistente. Mais tarde, van IJzendoorn, Goldberg, Kroonenberg, & Frenkel (1992) verificou em meta-análise que esta percentagem ascendia aos 15%, na generalidade dos estudos efectuados junto de amostrais sem risco declarado. Da análise destes casos atípicos surgiram propostas de classificação complementares. Main e Solomon (1986, 1990) descreveram um quarto tipo onde se incluíam aqueles casos e que denominaram de padrão D (desorganizado/desorientado). Karlen Lyons-Ruth e colegas (e.g., Lyons-Ruth, Connell, Zoll & Stahl, 1987) distinguem, por sua vez, o grupo U-A, também designado por padrão evitante instável.

Desorganização e Desorientação (Padrão D)

Ao analisarem os comportamentos das crianças que não se “encaixavam” na tipologia A, B e C, Main e Solomon (*op. cit.*) concluíram que elas apresentavam uma postura “*desorganizada*” ou “*desorientada*”. Esta designação baseou-se na apreciação de que os comportamentos da criança não seriam congruentes com o contexto interactivo imediato e nem teriam por base uma estratégia coerente de vinculação. As respostas infantis combinavam uma mistura de reacções contraditórias, de medo e de confusão, na presença da figura materna.

Com o intuito de caracterizar este grupo, os autores identificaram sete grandes indicadores do dito comportamento *desorganizado/desorientado*:

- sequências contraditórias de resposta (e.g., fortes manifestações de afecto seguidas de evitamento, retraimento ou de comportamento confuso);
- simultaneidade de comportamentos contraditórios (e.g., forte evitamento combinado com elevada procura de proximidade, ansiedade ou raiva);

- movimentos ou expressões indirectas, desviadas, incompletas ou interrompidas (e.g, procurar a proximidade à mãe e, a determinado momento, mudar de direcção ou ficar a meio caminho);
- comportamentos estereotipados, movimentos assimétricos ou postura anómala;
- congelamento, paralisia ou movimentação em “câmara lenta”;
- comportamentos de apreensão como encolher os ombros ou expressões de medo;
- indicadores de desorganização ou de desorientação tal como comportamentos sem nexos ou confusos.

A explicação encontrada por Main e Hesse (1990) para o surgimento de um padrão de comportamento confuso e não estruturado reside na perturbação da resposta dos prestadores de cuidados. Para estes autores, os pais que respondem ao alarme ou à ansiedade da criança com um comportamento “assustado” ou “assustador” aumentam a probabilidade da emergência do padrão D. As mães consideradas *assustadoras* potenciarão o receio da criança através da punição verbal ou física. Quanto às mães *assustadas*, procurarão a protecção dos filhos numa inversão de papéis que violará as expectativas infantis. Ao demonstrar aflição, a mãe *assustada* revela-se incapaz de assegurar confiança e proteger a criança.

Em suma, no lugar de proporcionar uma base segura, a figura materna *assustadora* ou *assustada* não protege eficazmente do perigo, podendo mesmo intensificar o receio da criança (Lyons-Ruth, Bronfman & Parsons, 1999). Segundo Main e Hesse (1990), tal tipo de interacção não é propício à orientação e à organização da resposta infantil. No entanto, como veremos adiante, o ponto de vista segundo o qual as crianças com comportamentos “contraditórios” ou “perturbados” não estarão a funcionar de acordo com uma estratégia, encontra-se longe de ser pacífico.

Os evitantes instáveis

Este padrão foi identificado por Lyons-Ruth et al. (1987). Corresponde a uma categoria de crianças que apresenta forte evitamento à mãe no primeiro episódio de reunião da Situação Estranha, mas que diminuem, consideravelmente, essa forma de reacção no segundo regresso materno. Os autores consideram como *evitantes instáveis* os indivíduos cujo evitamento à mãe sofre uma queda de, pelo menos, quatro pontos nessa escala (tal como se encontra definida em Ainsworth et al., 1978). Uma diminuição drástica do evitamento não é coerente com as previsões teóricas de Ainsworth nem com os pressupostos inerentes à Situação Estranha. Este procedimento suscita, tipicamente, um crescendo da ansiedade infantil ao longo da sessão. Como tal, seria previsível que a estratégia defensiva da criança se intensificasse em vez de se retrair à medida que a situação fica mais stressante para a criança. O que permite a regressão do evitamento? Será um erro de avaliação, será

desorganização ou o *stress* moderado não foi suficiente para promover a “real” estratégia da criança?

Questões em torno do conceito de desorganização

Segundo Crittenden (1999), uma resposta será desorganizada caso não exista uma relação contingente entre ela e o contexto interpessoal da sua produção. Nessa ordem de ideias, a autora observa que alguns comportamentos ditos desorganizados contribuem para diminuir o mau trato e a negligência, tornando-se, assim, contextualmente significativos. Por exemplo, a troca de papéis com o adulto descrita por Bowlby (1969) ou a exibição de uma solicitude e simpatia extrema (mesmo quando a criança necessita de conforto), permitem à criança controlar comportamentos mal tratantes por parte dos seus cuidadores (Crittenden, 1992).

Por outro lado, alguns indicadores de desorganização têm a função adaptativa de promover a segurança (Crittenden, 1999). Por exemplo, face a uma figura parental totalmente imprevisível, a melhor solução pode ser ficar imóvel (“congelar”) e aguardar pela clarificação da sua resposta. Se não foi possível elaborar expectativas e antecipar comportamentos cabe, à criança esperar estrategicamente, a fim de melhor perceber qual irá ser a actuação do adulto.

Crittenden (1992, 1999) considera que os comportamentos descritos por Main e Hesse (1990) enquanto expressões exageradas e contraditórias de evitamento e de resistência estão ao serviço da denominada organização A/C (padrão “defensivo/coercivo”). Com efeito, os indivíduos que apresentam este padrão tendem a viver com mães e em ambientes, simultaneamente, abusivos e negligentes (Crittenden, 1988, & 1995b). Por esta razão, a solução mais vantajosa para estas crianças é aliar as duas estratégias assumindo uma postura de alerta, de adaptação e de flexibilidade.

Após o segundo ano de vida, vários casos englobados na categoria A/C deixam de ter comportamentos gerais de evitamento e resistência para passarem a combinar sub-padrões do tipo coercivo (resistente) e do tipo defensivo (evitante). Por exemplo, algumas crianças tornam-se muito submissas mas revelam, em simultâneo, dependência, fingem incompetência e passividade. Na óptica de Crittenden (2000b), os fenómenos da vinculação permitem ao organismo obter protecção, cuidados e preparar-se para o desempenho de papéis futuros. O resultado do estabelecimento da vinculação pode ser o conforto psicológico mas esse não é o objectivo biológico desta organização comportamental. Compreende-se, pois, que os indivíduos possam organizar estratégias que garantam a sua preservação ainda que elas não o impeçam de sentir receio, ansiedade ou desconfiança. Do ponto de vista da evolução da espécie, evitar o desconforto é secundário.

Encaradas numa óptica evolutiva, estas asserções dizem-nos que a organização de tipo D colocaria a criança em franca desvantagem face às pressões adaptativas do meio (diminuindo a probabilidade de sobrevivência e de sucesso reprodutivo). Na verdade, sabemos que a vinculação atípica não tem uma incidência meramente marginal (ronda os

15% junto de amostras normativas; Lyons-Ruth & Jacobvitz, 1999, 2009). Se a desorganização se reflecte na incapacidade de o indivíduo orquestrar estratégias de vinculação coerentes e eficazes como compreender tais números? As disposições biocomportamentais que suportam as possibilidades de desenvolvimento das configurações do Tipo D não constituiriam propensões logicamente destinadas a serem eliminadas pelos processos de selecção natural? Tal ideia permite conjecturar que as diferentes configurações do padrão D podem, afinal de contas representar formas bem organizadas da vinculação cujas vantagens adaptativas se revelarão em certos contextos bem definidos.

Qualidade da vinculação à luz do modelo de maturação dinâmica

Crittenden (1999) considera que as estratégias de vinculação são modos de organização adaptativa entre a criança e o prestador de cuidados. A autora defende que todo o comportamento actual comporta uma vantagem ancestral e foi, graças a essa vantagem, seleccionado. Em ruptura com alguns trabalhos anteriores sobre a qualidade da vinculação, Crittenden (2000) discute o conceito de *segurança* versus *insegurança*. Segundo a sua opinião, estas designações envolvem, implicitamente, uma falsa atribuição: *o comportamento da criança insegura (i.e., que não usa a mãe como base segura) é MENOS adaptativo do que o da criança segura*. Crittenden (*op. cit.*), sustenta, contrariamente, que, em ambos os casos, os comportamentos de vinculação são articulados para obter a proximidade e satisfazer o objectivo “programado”. No caso da criança com vinculação insegura, a estratégia utilizada será, eventualmente, mais “*desconfortável*” em termos psicológicos. No entanto, ela pode ser a mais vantajosa face a determinadas condições. Em termos individuais, a estratégia de pedir directamente conforto ou de procurar activamente a proximidade –característica do funcionamento seguro– poderia colocar em perigo a criança perante um prestador de cuidados hostil.

Esta nova interpretação dos padrões de vinculação levou Crittenden (1992, 1995b 1997, 1999) a expandir a descrição dos grupos em termos de: estratégia, comportamentos de vinculação, tipo de negociação, regulação afectiva, fenómeno de base segura, adaptação do *self* e processamento de informação, distorções e uso da memória. A autora apresenta os três grandes padrões A-B-C como vias distintas do desenvolvimento socioemocional.

Estratégias

A estratégia segura leva à manutenção da proximidade com a figura de vinculação em contextos de alarme e nas outras situações propicia que o indivíduo se envolva com actividades de exploração. O tipo de parceria que a criança estabelece com o adulto permite-lhe pedir ajuda em circunstâncias de perigo percebido e comunicar ou negociar planos para essas ocasiões. A criança não sente qualquer inibição ou constrangimento em partilhar com a figura de vinculação os receios vividos.

No caso dos evitantes (ou defensivos como mais recentemente Crittenden prefere chamá-los), o objectivo parece residir na tentativa de, pelo menos, manter a interacção sem provocar a aversão do adulto. Esta estratégia entroncar-se-á no desconforto sentido pelos pais e na reprovação ou pouca aceitação que manifestam face às solicitações da proximidade e do contacto por parte da criança. Às vezes, suscitar a perturbação do prestador de cuidados pode ser mais danoso do que o próprio perigo exterior. Assim, a melhor solução será a de obter proximidade, evitando a intimidade. Em fases do desenvolvimento nas quais o indivíduo dispõe já de competências susceptíveis de suportarem formas mais elaboradas de comunicação verbal, a linguagem do evitante, dificilmente, faz referência aos estados internos, num registo onde se pode perceber a sua vergonha em exprimir ou falar sobre os afectos (principalmente os negativos).

A criança resistente adopta uma estratégia que consiste em usar comportamentos de coerção para provocar a permanente disponibilidade do prestador de cuidados. O exagero na expressão das emoções relacionadas com a vinculação é típico nestes indivíduos. O adulto aceita a proximidade e o contacto apenas quando a criança se debate, acesamente, por essa forma de conforto.

Comportamentos de vinculação

Segundo Ainsworth et al. (1978), os comportamentos específicos de vinculação não determinam por si a qualidade da vinculação. A criança segura poderá, num momento adequado evidenciar resistência ou evitamento sem, com isso, colocar em risco a organização geral do *self* (que permanece equilibrada e segura). De acordo com Crittenden (1999), para compreendermos os padrões de vinculação é necessário interpretar de que modo os comportamentos funcionam ao serviço da estratégia usada.

Junto da criança segura, é possível observarem-se todas as possibilidades comportamentais: satisfação, coerção, procura de proximidade ou evitamento. As respostas de evitamento ou coerção são temporárias e contingentes a situações muito precisas. A criança pode, por exemplo, não gostar da saída da mãe da sala onde decorre a Situação Estranha e expressar, nesse momento, a sua raiva. Todavia, com o regresso da figura materna, recupera e volta a harmonizar-se com ela.

Os evitantes desencadeiam todos os esforços para não exprimirem os seus sentimentos negativos. A raiva ou a tristeza são inibidos, em particular na presença dos prestadores de cuidados. As suas manifestações comportamentais parecem adaptar-se às exigências da figura de vinculação na tentativa de prevenir o conflito. A criança sabe que não pode contar com a figura materna para a ajudar a resolver os problemas ou para diminuir a ansiedade experimentada. Por vezes, apresentam comportamentos do tipo coercivo. Tal sucede, sobretudo, face aos seus pares ou quando as “relações de poder” se alteram. Isto é, quando a criança deixa de estar em desvantagem ou não necessita de se submeter.

A criança resistente exagera a manifestação dos seus sentimentos –em particular os negativos– para obter a atenção do adulto usando, potencialmente, dois tipos de coerção: a

vitimização ou a agressão. No primeiro caso, a mostra-se carente, dependente ou vulnerável. No segundo, é punitiva, difícil e ambivalente. Estes comportamentos visam atrair a atenção do adulto e levá-lo a satisfazer as suas necessidades.

Padrões de negociação

A natureza e o conteúdo da negociação estabelecida pela criança é indicativa do seu modo de operar para obter a protecção e/ou o conforto de que necessita.

A criança segura sente-se confiante em partilhar com a figura de vinculação os seus objectivos e os planos para a sua concretização. De facto, as solicitações infantis reflectem, abertamente, as necessidades sentidas, abrindo a porta para uma negociação fácil, clara, directa e, em geral, rápida. A criança aprende uma estratégia de negociação que satisfaz (pelo menos em parte) ambos os membros da díade.

Já a criança evitante prefere, em vez de negociar, observar atentamente os desejos do adulto e submeter-se a eles. De uma forma genérica, não é “convidada” a demonstrar as suas necessidades ou a pedir a colaboração do adulto.

Os resistentes também não negociam, tipicamente, com a figura materna. A criança está demasiado centrada nas suas necessidades para atender ao ponto de vista do outro. Não se preocupa, tanto, com a rejeição do adulto mas com a sua indisponibilidade. De facto, obter a atenção e o interesse da figura de vinculação constitui o objectivo prioritário, sendo, por isso, um ponto não negociável.

Regulação do afecto

Neste ponto colocam-se as seguintes questões: como é que a criança regula as suas emoções negativas? Com que facilidade aceita e acede a estes sentimentos? Os indivíduos seguros reconhecem os seus sentimentos e aceitam comunicá-los. A criança segura procura a proximidade com a figura de vinculação e, podendo aceitar o apoio de outras pessoas, apenas se restabelece com a mãe. Para lidar com a ansiedade da separação pode organizar comportamentos de auto-apaziguamento ou de auto-distracção. A sua postura passa pela comunicação aberta dos seus sentimentos e pelo reconhecimento dos sentimentos dos outros.

No caso dos evitantes, o auto-conhecimento é baixo. A criança afasta-se do seu verdadeiro *self* e dos seus reais sentimentos, precavendo-se de os demonstrar e de lidar com eles. Para o efeito, pode inibir os seus sentimentos reais ou criar uma falsa aparência de alegria. A ansiedade sentida e os conflitos são resolvidos pela própria criança.

Os resistentes admitem, exageradamente, os seus sentimentos mas aceitam pouca ou nenhuma responsabilidade pela sua regulação. A criança mostra-se incapaz de resolver os seus problemas e comunica ostensivamente esta incapacidade ao adulto. Se o prestador de

cuidados não interferir, assiste-se a uma progressiva escalada dos comportamentos de tipo coercivo.

Fenómeno de base segura

Em condições normais, a criança confia na vigilância e na disponibilidade da figura materna para assegurar as condições de segurança que lhe permitem explorar o meio. Quando tal não sucede, por vezes, o jogo deixa de estar ao serviço da exploração, podendo transformar-se em suporte da expressão do evitamento ou num meio para obter a atenção ou a proximidade do adulto.

O fenómeno da base segura consegue ser facilmente observado junto das crianças B. A criança brinca na presença materna sem sentimentos de ansiedade espelhando as suas reais competências e nível de desenvolvimento.

A criança evitante usa a exploração para regular a ansiedade sentida. Em situações de alarme, a procura de proximidade pode ser substituída pelo falso comportamento de jogo. Nestas situações, o jogo não é interactivo e evidencia, por vezes, alguma imaturidade, podendo servir de pretexto para a aproximação à mãe. Quando a figura de vinculação é punitiva ou intrusiva, o jogo pode ser transformado numa forma subtil de evitamento ou é uma forma da criança se aleanar.

Por sua vez, junto dos indivíduos resistentes, a exploração é remetida para segundo plano. A preocupação infantil centra-se no estabelecimento da relação. A indisponibilidade ou passividade materna não permitem à criança utilizar a figura materna como base segura da exploração. O comportamento de jogo assume, por vezes, contornos “hiperactivos”, sendo desenvolvido numa constante rotação de actividades.

Adaptação do self

O *self* ajusta-se às condições externas para otimizar a adaptação. Na criança segura, a relação com a mãe é íntima, recíproca e baseia-se na aceitação mútua. Neste tipo de relacionamento ela tende a desenvolver um *self* autónomo e recíproco. O indivíduo pode reconhecer, assim, os seus próprios sentimentos conseguindo não distorcer a informação sobre os sentimentos da figura materna. Isso cria as condições indispensáveis para equilibrar as duas perspectivas. A aceitação do adulto permite à criança admitir as suas fraquezas sem qualquer prejuízo para a sua auto-estima.

No caso dos evitantes, o relacionamento com a figura materna é rejeitante ou intrusivo, fluindo no registo da não reciprocidade. A criança tem de aceitar a perspectiva do adulto para evitar desagradá-lo. O *self* passa a ser externo, rígido e operacionalizado em termos das tarefas a cumprir (e.g., prestar a atenção ao adulto, ser obediente).

Para o indivíduo resistente, a relação com figura materna desenrola-se à luz da oposição (sem resolução) entre desejo de intimidade e afastamento. Na tentativa de manter e prolongar os momentos de satisfação, a criança vira-se para as suas próprias necessidades e rejeita aceitar outras perspectivas. O *self* coercivo torna-se egocêntrico, rígido e imprevisível.

Processamento da informação, distorções e uso da memória

As estratégias infantis são organizadas com base na recolha e na articulação da informação causal e afectiva (Damásio, 2000). Quando os prestadores de cuidados têm posturas previsíveis e respondem de modo sensível, a criança pode confiar, prever e planear as suas acções com base nessa informação. Efectivamente, a previsibilidade (causalidade) do comportamento materno promove a organização de representações internas coerentes enquanto a sensibilidade de resposta (qualidade) reforça a procura de proximidade e a interacção (i.e., o comportamento adaptativamente programado). Deste modo, a criança pode confiar nos seus instintos e na informação que obtém (de índole cognitiva e afectiva) para ponderar as suas iniciativas. Apenas este grupo consegue uma correcta integração das duas fontes de informação sem distorções (i.e., sem falso afecto ou falsa cognição). Por esta razão, a criança segura não tem dificuldade em aceder à informação armazenada na memória declarativa (semântica ou procedimental). Na memória semântica são armazenados os *factos* que não permitem fazerem previsões e na memória procedimental são armazenados as *sensações, as experiências emocionais, e associações pessoais*.

Perante prestadores de cuidados controladores ou ameaçadores, importará à criança prever e prevenir o perigo. Assim, a preocupação infantil é assegurar a obtenção de cuidados ou prevenir a agressão materna. Neste sentido, a informação causal (mais do que afectiva) é fundamental porque diz respeito às regras e às previsões apreendidas (O que provoca a irritabilidade ou a depressão materna? Como preveni-las?). Esta informação é armazenada na memória procedimental (os factos críticos que permitem a previsão), permitindo respostas defensivas rápidas e eficientes. Estes indivíduos são competentes a lidarem com a informação de índole cognitiva mas inibem a verdadeira expressão emocional (i.e., apresentam falso afecto). Dado que a informação emocional não é totalmente compreendida –e, por vezes, penosa–, a sua recordação posterior torna-se difícil e confusa. Por outras palavras, é como se estas crianças se afastassem do lado emocional das suas experiências sociais. Howes, Brandon, Hinings e Schofield (1999) referem que, por essa razão, os indivíduos ditos evitantes são bons nas tarefas cognitivas, sistemáticas e socialmente isoladas (e.g., programação de computadores) mas revelam maior dificuldade em tarefas que impliquem criatividade e cooperação.

Segundo Crittenden (2008), se o prestador de cuidados tiver um comportamento instável ou ambivalente, será difícil à criança realizar atribuições causais. A única fonte de previsibilidade acessível é a emoção sentida como resultado das interacções. Necessariamente, o indivíduo resistente fará uso privilegiado do processamento da informação emocional para calibrar a sua conduta. Para tal, a criança conta com informação armazenada na memória episódica (autobiográfica) para prever as consequências dos actos

alheios e responder exuberantemente. Embora tendo verdadeiras emoções como pano de fundo, a cognição destas crianças é, muitas vezes, exagerada, falsa ou premeditadamente enganadora (e.g., “como quero ser aceite é melhor não ver a verdade”). Segundo Howes et al. (1999), estes indivíduos na fase adulta, embora tenham dificuldade em manter a persistência em tarefas sistemáticas e rígidas, tendem a ser criativos e a não recearem actividades que exigem exposição pública.

Quadro 1 – Síntese das componentes estruturais dos padrões A, B e C segundo o modelo de maturação dinâmica.

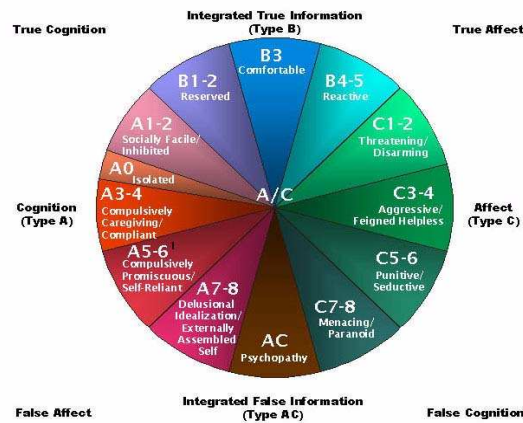
	PADRÃO A	PADRÃO B	PADRÃO C
Organização mental	Organizado cognitivamente (aprendeu a não confiar na informação afectiva).	Integração afectiva e cognitiva (com raras ou nenhuma distorções do self).	Organizado afectivamente (aprendeu a não confiar na informação cognitiva).
Orientação do self	Organizado de acordo com a perspectiva e necessidades do outro (<i>desligado do self</i>).	Equilíbrio entre as necessidades internas e externas.	Organizado de acordo com a sua própria perspectiva e necessidades (<i>self egocêntrico</i>).
Expressão afectiva	Omite o afecto negativo.	Verdadeiro afecto.	Exagera o afecto negativo.
Informação cognitiva	Exagera a informação previsível.	Verdadeira cognição.	Retira a informação previsível.
Equação dos problemas	Minimiza os problemas pessoais.	Aceita os problemas e utiliza, fundamentalmente, a negociação aberta e directa para resolver os problemas.	Exagera os problemas pessoais.
Intervenção social	Tenta não atrair as atenções.	Socialmente competente.	Tenta atrair as atenções.
Referência ao passado	Distanciado do passado e das dificuldades passadas.	Livre acesso ao passado (tanto nas experiências felizes como nas difíceis).	Fixa-se no passado. Culpa a figura de vinculação ou outros pelos problemas actuais.

Expansão da tipologia da vinculação

A reelaboração tipológica proposta no modelo da maturação dinâmica adota os padrões detalhadamente descritos em Ainsworth et al. (1978), procedendo principalmente à expansão das suas subcategorias, como forma de apreender melhor variações ditadas pela experiência em contextos menos típicos e diferenciações determinadas pelo desenvolvimento psicológico. As grandes diferenças dizem respeito aos grupos A e C onde a multiplicação das subcategorias se tornou necessária para acomodar os dados de observações feitas em indivíduos de diversas idades e em amostras de risco (e.g., vítimas de maus tratos ou de negligência).

Considerando a evolução dos comportamentos da vinculação e das competências sócio-emocionais postuladas por Bowlby (1969/1982), Crittenden (1992) considerou que também a organização dos tipos de vinculação evoluía integrando esses desenvolvimentos. Os primeiros padrões e sub-padrões da vinculação descritos por Ainsworth et al. (1978) são observados no primeiro ano, ou seja, no período sensório-motor. No entanto, a maturação cerebral e a evolução dos contextos de vida podem promover o aparecimento de novas competências e novos comportamentos (Crittenden, 1992, 1995a, 1995b). A proposta de sub-padrões coloca o modelo da maturação dinâmica numa perspectiva *life-span*. Crittenden (1997) sugere que cada período de desenvolvimento proposto por Piaget constituirá uma nova oportunidade para surgirem mais formas de organização socioemocional. No entanto, a mudança no estilo de vinculação predominante num dado indivíduo não tem necessariamente que ocorrer. As novas formas (cada vez mais distantes do quadro de segurança afectiva) surgem, apenas, quando as estratégias adoptadas até determinado momento se revelam ineficazes.

**A Dynamic-Maturational Model
of Patterns of Attachment in Adulthood**



¹ Please note the reversal of A5-6 compared to previous versions of this model.

Copyright: Patricia M. Crittenden, 2001

Figura 1- Tipologia da vinculação segundo o modelo da maturação dinâmica.

Neste modelo, o verdadeiro afecto e a verdadeira cognição vão progressivamente diminuindo à medida que as estratégias A ou C se afastam do tipo B3.

Sub-padrões da organização segura

O tipo B corresponde à única categoria cuja totalidade dos sub-padrões pode ser observável a partir do primeiro ano de vida. Os indivíduos ditos seguros vivem em condições de segurança e confiam nas figuras de vinculação. Embora a confiança na figura de vinculação seja comum em todas as crianças seguras, a expressão emocional e a forma como resolvem os conflitos com as mães regista variações.

As crianças B1 e B2 são denominadas de **reservadas** porque, embora comuniquem directa e claramente os seus desejos, preferem o envolvimento distal à proximidade física (Main & Cassidy, 1988). Parecem mais confortáveis e confiantes quando resolvem os assuntos verbalmente.

Os B3 ou ditos **seguros confortáveis** revelam abertura em relação à figura de vinculação tanto no que respeita às separações como às reuniões. Dado que os cuidados são satisfatórios e se sentem protegidos, os B3 não necessitam de elaborar grandes planos e confiam facilmente nos outros. Os seguros confortáveis tornam-se equilibrados

emocionalmente, resolvendo os problemas através do recurso à intimidade e partilha de sentimentos (sem distorções do tipos cognitivo ou do tipo afectivo). No entanto, apesar de representarem o grupo mais calmo, descontraído e confortável, em situações de perigo ou perante outras figuras não confiáveis, estes indivíduos são por vezes ingénuos e podem ser presas fáceis.

Os B4, também denominados de *seguros reactivos*, necessitam de se assegurarem dos sentimentos da figura de vinculação, procurando mais intensamente a proximidade e requerem ajuda para regular as suas emoções. Tal como os outros seguros, esperam que a figura de vinculação os apoie nessa tarefa e que constitua uma base segura para a exploração. Estas crianças podem ter demonstrações de raiva, de agressividade ou de choro na ausência da mãe, mas esses sentimentos são resolvidos na presença materna sem ressentimentos.

Sub-padrões da organização evitante

A criança defensiva tem de lidar com prestadores de cuidados controladores que desejam obter a sua submissão. Nalgumas díades, este objectivo é encoberto, dando a parecer ao observador externo de que se trata de uma interacção alegre e positiva (Crittenden, 2008). Contudo, o comportamento do adulto é excessivo, intenso e directivo. As iniciativas da criança raramente são aceites e, apenas, são reforçados positivamente os comportamentos desejáveis do ponto de vista do adulto. Noutros casos, a hostilidade pode ser aberta, com intervenções agressivas e duras por parte do adulto (Crittenden, *op.cit.*). Quanto maior hostilidade ou desinteresse do adulto, mais sofisticada terá de ser a estratégia infantil.

Crianças classificadas com a designação A1 ou A2, ditas *inibidas*, evitam a proximidade ou possibilidade de contacto físico com a figura de vinculação. No entanto, esta distância física é discreta para não ser percebida pelo adulto. Se a criança rejeitar abertamente o prestador de cuidados pode provocar a sua raiva. Assim, estes indivíduos evitam a figura de vinculação mediante a adopção de comportamentos aceitáveis do ponto de vista materno (e.g., através do jogo) ou sem deixar de responder às suas solicitações (Main & Cassidy, 1988). Inicialmente, o desejo da proximidade não foi, ainda, totalmente inibido e podem observar-se comportamentos (ou impulsos) parcialmente executados (e.g., a criança vai agarrar um brinquedo e aborta o seu comportamento porque o adulto não aprova o seu envolvimento no jogo).

No fim do período sensório-motor, sofisticam-se a capacidade de dissimular as demonstrações afectivas. Para os evitantes, esta competência pode ser muito útil porque lhes permite, por exemplo, sorrir em situações de desconforto físico ou psicológico ou, então, mostrarem-se interessados por uma actividade excessivamente exigente.

Um pequeno grupo destas crianças tem de lidar com prestadores de cuidados ausentes ou negligentes que não lhes fornecem os cuidados indispensáveis. Assim, para obterem a atenção do adulto, prestam-lhes cuidados ou exibem uma falsa alegria, como que convidando o adulto a juntar-se-lhes (Bowlby, 1980; Main & Cassidy, 1988). Por trás desta criança radiosa e compulsivamente “cooperativa” – classificada enquanto A3 (**cuidadores compulsivos**) – reside uma ansiedade latente e constante.

Os A4 são **submissos compulsivos** (Crittenden & DiLalla, 1988), exibindo um comportamento marcadamente vigilante, assustado e obediente. A figura de vinculação tende a usar de maneira sistemática o castigo e/ou a agressão para reforçar a inibição do comportamento indesejado. Nas fases mais precoces, a submissão compulsiva é acompanhada de comportamentos receosos ou de alerta. Mais tarde, a criança, antecipando a intolerância do adulto, diminui a expressão de medo. Mesmo nesta fase, a obediência é acompanhada por falta de espontaneidade, diminuição do jogo e perda de alegria. A função da submissão é prevenir o comportamento agressivo do adulto. Trata-se de um comportamento típico, mas não exclusivo, das crianças vítimas de abuso (Crittenden & DiLalla, *op. cit.*).

Sub-padrões da organização resistente

O comportamento coercivo é uma forma de “atacar”, mas também um meio de obter a atenção e cuidados. Alguns prestadores de cuidados só respondem à criança nestes períodos ou dedicam-lhe uma atenção intermitente que depende mais dos comportamentos negativos do que das acções positivas.

A estratégia coerciva é composta por duas fases: comportamento de raiva e comportamento desarmante. O comportamento de raiva, que vai desde a reactividade até ao comportamento agressivo, serve para atrair a atenção da figura materna. Este comportamento, por si só, não consegue eliciar os cuidados nem a expressão de afecto por parte do adulto. Aliás, se repetido, é provável que provoque a irritação do prestador de cuidados. Por isso, no momento em que o adulto deixa de tolerar a agressão da criança, ela inverte o seu comportamento, mostrando-se indefesa e necessitada de cuidados. O comportamento acanhado faz, segundo Crittenden (1995b), parte do repertório dos mamíferos. Numa disputa, quando um dos elementos percebe que está perante a derrota, mostra-se submisso para fazer cessar o comportamento agressivo do seu opositor e, nalguns casos, para evitar a morte. A submissão passa por baixar a cabeça e lançar olhares acanhados ao indivíduo que está na posse do poder, inclinar a cabeça ou exageradamente mostrar falta de agressividade (e.g., abrir a boca sem mostrar os dentes). Estes comportamentos também podem ser observados na criança pequena para desarmar a raiva do adulto (Marvin, 1977). Quando o adulto se volta a distrair, o ciclo coercivo recomeça com nova agressão sucedida de nova submissão. Quase todas as crianças pequenas descobrem a estratégia coerciva mas a generalidade dos adultos redireccionam positivamente o seu comportamento. Os pais que não conseguem ter sucesso nesta tarefa consideram-nas como temperamentais, imprevisíveis e inconstantes em relação aos riscos correm (Crittenden, 1997). Em casos extremos, os prestadores de cuidados sentem que têm de se manter constantemente atentos e vigilantes porque a criança pode colocar-se a si ou aos outros em risco. Neste quadro, a ansiedade já não é meramente infantil mas diádica. Os dois parceiros da relação sentem que vivem uma luta sem resolução e sentem-se subjugados nesse relacionamento (Crittenden, 1992).

As crianças do tipo C1 (subgrupo **ameaçador**) usam o comportamento irritado para ameaçar ou mostrar a sua insatisfação com a figura de vinculação. O comportamento reactivo raramente é agressivo. No entanto, a criança solicita constantemente a presença

da figura materna e pode fazer “birra” se não a obtém. Tais comportamentos mantêm a figura de vinculação (não agressiva) atenta e ocupada.

As crianças ditas **desarmantes** (C2) utilizam o comportamento acanhado para obterem a simpatia ou para serem “salvos” pelo prestador de cuidados. Nalguns casos, as crianças demonstram incompetência para sinalizar a necessidade de intervenção do adulto. Noutros, mostram-se passivas ou medrosas, instigando “pena” que leva os adultos a aproximarem-se e dar-lhes conforto. Apesar de parecerem envergonhados, estes indivíduos conseguem manter o adulto ocupado em torno da satisfação das suas necessidades.

A obtenção de atenção é crucial para os indivíduos do tipo C. Ora, com a introdução em contextos educacionais, a probabilidade de obter uma atenção privilegiada diminui substancialmente, por isso os comportamentos de dissuasão e de ataque requerem maior sofisticação (Crittenden, 1992).

O grupo C3 – integrando os indivíduos denominados de **punitivos**– recorrem à mesma estratégia dos C1, mas com comportamentos mais intensos de ameaça e de antagonismo. Algumas destas crianças chegam mesmo a utilizar a auto-agressão para provocar a reacção do adulto.

Segundo o ponto de vista de Koslowska e Hanney (2002), a baixa responsividade das figuras de vinculação, “(...) leaves the child either feeling unsafe or actually being unsafe. In reaction to this, the child evolves adaptive strategies that elicit parental attention, even if this involves angry or risk-taking behavior. (...) The child exaggerates displays of affect, so that anger involves threatening and aggressive behavior such as hitting, kicking, swearing, or screaming at parents” (p. 300).

Os C4 –ditos, também de **falsos indefesos**– utilizam manifestações de aparente fragilidade ou incapacidade, para assegurarem que o adulto se envolverá no sentido de responder às suas necessidades. Os indivíduos que exibem este padrão aparentam uma “obsessão” por “serem salvos”. Agem como se estivessem à procura de alguém que os “afague” e que preencha as suas necessidades. Quando não obtêm que o desejam, culpam os outros. A coerção passa, assim, junto dos C4, pela vitimização.

Considerações em torno dos grupos A3-4 e C3-4

Uma boa parte dos comportamentos designados como *desorganizados* por Main e Solomon (1990) são, segundo Crittenden (1999), formas imperfeitas ou precursoras de constituição destas novas estratégias. Numa fase, prévia à sua completa organização, surgem alguns comportamentos avulsos que, posteriormente, terão sentido no quadro destes sub-padrões. Crittenden (1992) concebe a “desorganização” como um período de *reorganização*. Para a autora, existem comportamentos que permitem a reorganização de novos sub-padrões.

Em 2003, Crittenden conclui um novo manual da cotação da Situação Estranha onde são incluídas as estratégias Pré-A+ e Pré-C+. Com efeito, observamos que alguns casos cuja classificação pode ser forçada nos grupos A1, A2, C1 ou C2 apresentam alguns comportamentos ou sequências de resposta típicas das estratégias A3, A4, C3 ou C4.

Algumas crianças apresentam “*falso afecto*” (comum nos A3) ou imediata submissão (como o fazem os A4) em situações de desconforto, alternadas por demonstrações de elevada perturbação. Parece que não conseguem sustentar a estratégia A3 ou A4 sucumbindo à intensificação da ansiedade. Algo de similar sucede no caso dos resistentes. Embora se observem comportamentos de provocação, agressão ou sedução ao adulto (típicos das formas C3 e C4) o ciclo contraditório de comportamentos dos C ainda não está completo.

Crittenden (1992, 2003) recorreu, tal como Bowlby havia feito quando elaborou a teoria da vinculação, ao contributo de várias disciplinas. A descrição das “novas” estratégias, embora seja em larga medida resultante da observação, só pode ser admitida uma vez aceites os pressupostos da psicologia evolutiva e integrando os novos conhecimentos da psicologia do desenvolvimento e da própria neurofisiologia (Bjorklund, Yunger & Pellegrini, 2002). De Ainsworth e Bowlby, Crittenden (2008) conserva não só as bases teóricas como apresenta a mesma abertura a outras disciplinas e aos avanços do conhecimento resultantes da pesquisa. A futura investigação determinará quão válidas são as suas propostas.

Contributos para a Intervenção Precoce

O conhecimento científico acumulado nos últimos quarenta anos indica que a organização dos processos socioemocionais afecta todas as outras áreas do desenvolvimento e da saúde mental infantil (e.g., Buss & van IJzendoorn, 1988; Fuertes *et al.*, 2006; 2008; 2009; Greenberg *et al.*, 1993; van IJzendoorn *et al.*, 1995;; van IJzendoorn *et al.*, 1999). O abuso, o mau trato e a negligência assumem muitas formas diferentes. Para além dos casos extremos como o mau trato físico ou sexual, existem muitas formas de gerar insegurança afectiva numa criança que afectam o seu desenvolvimento e o seu equilíbrio psicológico (e.g., como não se sentir apreciada, não ter oportunidades de exploração em segurança, sentir-se culpada ou responsável pelo adulto) (e.g., Bowlby, 1988). Muitos destes problemas decorrem de violência na família, de depressão materna, de psicopatologia dos pais, de dependência por parte dos pais, etc. (revisão em Cassidy *et al.*, 2005). Contudo, a maioria dos profissionais de intervenção precoce considera ter falta de formação na área da vinculação quer ao nível do despiste quer na intervenção directa (Bairrão & Almeida, 2002).

É clara a necessidade de intervir cedo. Uma vez ocorrida o trauma, a reparação é morosa e nalguns casos não total (Ainsworth & Eichberg, 1991; Greenberg, 2005). A Convenção dos Direitos da Criança refere “*a criança, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão*” (1989). Sendo assim qual a forma de evitar o trauma e as respectivas consequências?

Para esta questão, não existe uma resposta única ou inequívoca. Contudo, a prevenção primária e secundária parecem ser a melhor resposta (Brazelton & Greenspan, 2003). Segundo a literatura (Berlin, 2005; MacDonald, 2001; Ziv, 2005), a prevenção pode ser eficaz se realizada -antes ou desde o nascimento- e através de programas de aconselhamento parental (e.g., reforçando as competências parentais e informando os pais acerca do desenvolvimento infantil).

Em famílias de risco, para além destas medidas, os pais podem necessitar de respostas específicas como psicoterapia, terapia familiar ou integrar grupos de pais (Bakermans-Kranenburg, van IJzendoorn, & Juffer, 2005, Oppenheim et al., 2007). Como é que pais que cresceram sem uma base segura e nem conheceram nenhuma ao longo da sua vida, podem vir a tornar-se num porto de abrigo para os filhos? Existem alguns programas (como Touchpoints ou Secure of Circle) dirigidos para pais, com objectivo de os ajudar a restaurar a base segura e modificar as suas representações sobre a infância, que apresentam bons resultados (e.g., Bakermans-Kranenburg et al., 2005; Cooper, Hoffman, Powell & Marvin, 2000; Marvin, Cooper, Hoffman & Powell, 2002).

A revisão dos resultados destes programas indica que a intervenção mais eficaz é limitada no tempo, dirigida para objectivos precisos (*Less is more*) e focada nos pais - com o objectivo de modificar representações, promover a sua auto-estima e o reforço da sua competência parental (ver revisão em Fuertes, 2010). Os grupos de suporte por proporcionar a partilha entre pais com problemas comuns mas com histórias diversas tem obtido bons resultados, particularmente, se estas iniciativas são acompanhadas de respostas individualizadas. Em Portugal, a recente criação de uma estrutura nacional de apoio aos pais (*Pais em Rede*) é uma boa notícia e poderá constituir uma base para o desenvolvimento de grupos de apoio.

Por fim, não podemos deixar de ficar optimistas com o facto de tantos individuos ao longo da sua vida adquirirem uma estratégia segura (Crittenden, 2000b van IJzendoorn, Juffer & Duyvesteyn, 1995). Para adquirir segurança, “basta” encontrar uma base segura, um parceiro(a), uma oportunidade de vida (e.g., realização profissional e pessoal), ou uma nova representação de si próprio e dos afectos conseguida através de psicoterapia (Cooper et al., 2000; Greenberg, 2005; Pieker, Nelson, Deklyen & Staerke, 2005; Powell, Cooper, Hoffman & Marvin, 2007; Ziv, 2005).

Os programas de promoção do desenvolvimento socioemocional requerem equipas pluridisciplinares muito bem articuladas e uma intervenção baseada na evidência empírica (Bairrão & Almeida, 2002; Fuertes, 2010; Pimentel, 2004).

Equipas pluridisciplinares muito bem articuladas - As estruturas de saúde são, geralmente, as primeiras a entrarem em contacto com o bebé em gestação ou acabado de nascer. Estes serviços devem agir num modelo de intervenção comunitária, trabalhando em articulação com as equipas locais e serviços de apoio à infância mantendo uma parceria permanente que implemente, desde logo, programas de prevenção e que ofereça informação sobre serviços locais disponíveis.

A generalidade dos técnicos confronta-se com a dificuldade de implementar um modelo tão exigente, quando as organizações e as estruturas onde trabalham não funcionam de modo flexível e articulado (Bairrão & Almeida, 2002; Pimentel, 2004). Importará facilitar os processos de interdisciplinaridade, incentivar a cooperação institucional entre todos os serviços e profissionais que trabalham com a família, e instituir uma cultura de trabalho em equipa (Cicchetti & Wagner, 1990). A diversidade dos técnicos é uma fonte de riqueza para

a própria intervenção, contudo, devem ter em comum o supremo interesse da criança. Para o efeito, os técnicos que trabalham em conjunto devem reunir inicialmente para discutir os valores e a base científica da sua intervenção (antes de discutirem os casos).

Intervenção baseada em evidência empírica – As evidências científicas indicam que as práticas mais eficazes são suportadas por dados empíricos (McKibbin, 1998). Com efeito, a actual abordagem de intervenção precoce decorre dos resultados da investigação (Dunst, 2000, 2005). Por esta razão, importa que os técnicos se mantenham cientificamente actualizados. Por outro lado, os investigadores devem comunicar e discutir os seus resultados com as equipas de intervenção precoce estreitando a relação técnicos-investigadores. Deste modo, cria-se uma linguagem técnica comum e aumenta a abrangência de conhecimentos técnicos (Fuertes, 2010).

Estas iniciativas podem contribuir para a melhoria das práticas e beneficiar a própria pesquisa. A intuição, o conhecimento e os quadros de representação dos técnicos fornecem elementos chave para a compreensão dos processos de desenvolvimento e dos contextos onde as interações se desenrolam. Por outro lado, se os investigadores ajudarem os técnicos a operacionalizar os seus modelos de avaliação e de intervenção com metodologias validadas e *padronizadas*, o produto da intervenção torna-se, simultaneamente, objecto de investigação. Num processo recíproco, é possível desenvolver trabalhos de investigação sobre a eficácia dos modelos de intervenção para apoiar a prática e estabelecer uma colaboração duradoura entre técnicos e profissionais que alimente novos projectos (dentro e fora da equipa) (Fuertes, 2011).

Em suma, a prevenção dos problemas de desenvolvimento socioemocional é um direito da criança consagrado na Convenção dos Direitos da Criança (1989). Neste sentido, o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (2010) prevê nos critérios de elegibilidade da Intervenção Precoce “***perturbações graves da vinculação ou outras perturbações emocionais***”. Várias equipas nacionais trabalham neste domínio, importaria conhecer esses projectos e investigar os seus resultados. A avaliação rigorosa e alargada dos projectos já implementados pode fornecer valiosos ensinamentos que permitam iniciar um programa nacional. Necessariamente, a implementação de um programa nacional deverá ter em conta especificidades locais e incluir vários modelos de intervenção e perspectivas conceptuais. Para já, sabemos que o problema da intervenção no desenvolvimento socioemocional e na vinculação deve ser encarado como uma questão de prevenção e não meramente de remediação.

Agradecimentos

A autora agradece à Fundação para a Ciência o financiamento atribuído através do projecto PTDC/PSI-EDD/110682/2009 e a cuidadosa revisão do Prof. Doutor João Justo.

Referências

- Ainsworth, M. D. (1965). Further research into the adverse effects of maternal deprivation. In J. Bowlby *Child Care and Growth of Love* (pp. 191-235). London: Penguin Book.
- Ainsworth, M. D., Blehar, M., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment - A Psychological Study of the Strange Situation*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Ainsworth, M. D., & Eichberg, C. (1991). Effects on infant-mother attachment of mother's unresolved loss of an attachment figure, or other traumatic experience. In C. Parkes & J. Hinde (Eds.), *Attachment Across the Life Cycle* (pp. 160-183). London: Routledge.
- Ainsworth, M. D., & Wittig, B. (1969). Attachment, exploration, and separation: illustrated by the behavior of one-year-olds in a strange situation. In B. M. Foss (Ed.) *Determinants of infant behaviour*. London: Methuen.
- Anderson, J.W. (1972). Attachment behaviour out doors. In N. Blurton Jones (Ed.) *Ethological studies of child behaviour* (pp. 199-215). London: Cambridge Press.
- Bairrão, J., & Almeida, I. C. (2002). *Contributos para o estudo das práticas de intervenção precoce em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica.
- Bairrão, J., & Almeida, I. C. (2003). Questões actuais em intervenção precoce. *Psicologia*, 17(1), 15-29.
- Bakermans-Kranenburg, M. J., van Ijzendoorn, M. H., & Juffer, F. (2003). Less is more: Meta-analyses of sensitivity and attachment interventions in early childhood. *Psychological Bulletin*, 129(2), 195-215.
- Bakermans-Kranenburg, M. J., van Ijzendoorn, M. H., & Juffer, F. (2005). Disorganized infant attachment and preventive interventions: A review and meta-analysis. *Infant Mental Health Journal*, 26(3), 191-216.
- Belsky, J. (1999). Modern evolutionary theory and patterns of attachment. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.). *Handbook of Attachment - Theory, research and clinical applications* (pp. 249-264). NY: Guilford.
- Belsky, J., & Cassidy, J. (1994). Attachment: Theory and Evidence. In M. Rutter & D. Hay (eds.) *Development through life: A handbook for clinicians* (pp. 373-402). Oxford: Blackwell.
- Berlin, L. J. (2005). Intervention to enhance early attachment: The state of the field today. In Berlin, L. J., Ziv, Y., Amaya-Jackson, Greenberg, M. *Enhancing Early Attachments - Theory, Research, Intervention and Policy* (pp. 3-33). New York: Guilford.
- Bjorklund, D. F., Younger, J. L., & Pellegrini, A. D. (2002). The evolution of parenting and evolutionary approaches to childrearing (pp.) In M. H. Bornstein (Ed.) *Handbook of Parenting* (2ª edição, vol I: *The biology of parenting*, pp. 3-30) New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Bowlby, J. (1969, 1982). *Attachment and Loss* (Vol. I) London: Penguin Book.
- Bowlby, J. (1980) *Attachment and Loss* (Loss - Sadness and Depression, Vol. III) London: Penguin Books.

- Bowlby, J. (1988). *A Secure Base - Clinical Applications of Attachment Theory*. London: Routledge.
- Bus, A. G., & van Ijzendoorn, M. H. (1988). Attachment and early reading: a longitudinal study. *Journal of Genetic Psychology*, 149(2), 199-210.
- Brazelton, T. B. & Greenspan, S. I. (2003). *The irreducible needs of children: What every child must have to grow, learn, and flourish*. Cambridge, MA: Perseus Publishing.
- Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory: Jonh Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, 28, 759-775.
- Cassidy, J., Woodhouse, S. S., Cooper, G., Hoffman, K., Powell, B., & Rodenberg, M. (2005). Examination of the Precursors of Infant Attachment Security: Implications for Early Intervention. In Berlin, L. J., Ziv, Y., Amaya-Jackson, Greenberg, M. *Enhancing Early Attachments - Theory, Research, Intervention and Policy* (pp. 34-60). New York: Guilford.
- Cicchetti, D., & Wagner, S. (1990). An interdisciplinary model of infant assessment. In S. Meisels & J. Shonkoff (Eds), *Handbook of Early Childhood Intervention*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cooper, G., Hoffman, K., Powell, B., & Marvin, R. (2000). Cooper, G., Hoffman, K., Powell, B., & Marvin, R. (2005). The Circle of Security Intervention: Differential Diagnosis and Differential Treatment. In Berlin, L. J., Ziv, Y., Amaya-Jackson, Greenberg, M. *Enhancing Early Attachments - Theory, Research, Intervention and Policy* (pp. 127-151). New York: Guilford.
- Convenção dos Direitos da Criança (1989). www.unicef.pt/docs/pdf.../convencao_direitos_crianca2004.pdf
- Crittenden, P. M. (1988). Relationships at risk. In J. Belsky & T. Nezworski (Eds.) *The clinical implications of attachment* (pp. 136-174). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Crittenden, P. M. (1992). Quality of attachment in the preschool years. *Development and Psychopathology*, 4, 209-241.
- Crittenden, P. M. (1995a). Children's strategies for coping with adverse home environments: an interpretation using attachment theory. *Child Abuse & Neglect*, 16, 329-343.
- Crittenden, P. M. (1995b). Attachment and risk for psychopathology: The early years. *Journal of developmental and behavioral pediatrics*, 16(3), 12-16.
- Crittenden, P. M. (1997). Toward an integrative theory of trauma: a dynamic-maturational approach. In D. Cicchetti & S. Toth (Eds.), *The Rochester symposium on Developmental Psychopathology*, vol. 10, (pp. 34-83). Rochester, NY: University of Rochester Press.
- Crittenden, P. M. (1999). A dynamic-maturational approach to continuity and change in pattern of attachment. In J. I. Vondra & D. Barnett (Eds.), *Atypical attachment in infancy and early childhood among at developmental risk. Monographs of the society for research in child development*, 258(64), 145-171.

Crittenden, P. M. (2000b). A dynamic-maturational approach to continuity and change in pattern of attachment. In P. M. Crittenden, A. Claussen (Eds.) *The organization of attachment relationships: Maturation, culture and context*. NY: Cambridge University Press.

Crittenden, P. M., Landini, A., & Claussen, A. H. (2001). A dynamic-maturational approach to treatment of maltreated children. In J. Hughes, J. C. Conley, and A. La Greca (Eds.) *Handbook of Psychological Services for Children and Adolescents* (pp. 373-398), New York: Oxford University Press.

Crittenden, P.M. (2003). Transformations in attachment relationship in adolescence: adaptation versus need for psychotherapy (on line in www.soton.ac.uk).

Crittenden, P. M. (2008). *Raising Parents: Attachment, Parenting and Child Safety*. Devon: Willan Publishing.

Crittenden, P. M., & Claussen, A. (2000). Adaptation to varied environments. In P. M. Crittenden, A. Claussen (Eds.) *The organization of attachment relationships: Maturation, culture and context* (pp.235-248). New York: Cambridge University Press.

Crittenden, P. M., & DiLalla, D. (1988). Compulsive compliance: The development of an inhibitory coping in infancy. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 3, 491-512.

Damáso, A. (2000). *The Feeling of What Happens: Body and Emotion in the Making of Consciousness*. Cambridge: Harvest Books.

Decreto-lei nº281/2009 (DR, I série, nº 193) para a criação do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI).

Dunst, C. J. (2000). Revisiting "Rethinking early intervention". *Topics in Early Childhood Special Education*, 20 (2), 95-104.

Dunst, C. J. (2005). Framework for practicing evidence-based early childhood intervention and family support. CASEinPoint. Retirado em 20/02/07 de http://fipp.org/caseinpoint/caseinpoint_voll_no1.pdf

European Agency for Development in Special Needs Education (2003). Special Needs Education in Europe. Retirado em 6 de Setembro de 2006 de <http://www.european-agency.org/ecil/word/mrtrp/lei-portugal.ppt>

Fuertes, M. (2011). *Intervenção Precoce: Em perspectiva?* Educação dos 0 aos 3 anos. Actas do Conselho Nacional de Educação. (pp. 117-119).

Fuertes, M. (2010). *Histórias de vida: da investigação à intervenção precoce*. Revista de Educação: Das Investigação às práticas (in press).

Fuertes, M., Faria, A., Soares, H., & Crittenden, P. (2008). Mother-child patterns of interaction: The impact of premature birth and social economical background. *Acta Ethologica*, 12(1), 1-11.

Fuertes, M. Faria, A, Soares, H. Oliveira-Costa, A., Corval, R. & Figueiredo, S. (2009). Dois parceiros, uma só dança: Contributos do estudo da interacção mãe-filho para a Intervenção Precoce. In Portugal, G. (Ed) *Ideias, projectos e inovação no mundo das infâncias - o percurso e a presença de Joaquim Bairrão*, (pp. 127-140).

Fuertes, M., Lopes-dos-Santos, P., Beeghly, M., & Tronick, E. (2006). *More than maternal sensitivity shapes attachment: Infant coping and temperament*. *Annals of New York Academy of Sciences*, 1094, pp. 292-296.

Fuertes, M., Lopes-dos-Santos, P., Beeghly, M., & Tronick, E. (2009). Infant Coping and Maternal Interactive Behavior Predict Attachment in a Portuguese Sample of Healthy Preterm Infants. *European Psychologist*, 4, 320-331.

Greenberg, M. T. (2005). Enhancing Early Attachment: Synthesis and Recommendations for Research, Practice and Policy. In Berlin, L. J., Ziv, Y., Amaya-Jackson, Greenberg, M. (Eds). *Enhancing Early Attachments - Theory, Research, Intervention and Policy* (pp. 327-344). New York: Guilford.

Greenberg, M. T., Speltz, M. L., & Deklyen, M. (1993). The Role of Attachment in the Early Development of Disruptive Behavior Problems. *Development and Psychopathology*, 5, 1-2, 191-213.

Howes, D., Brandon, M., Hinings, D., & Schofield, G. (1999). *Attachment theory, child maltreatment and family support*. UK: Palgrave.

Kozłowska, K., & Hanney, L. (2002). The network perspective: An integration of attachment and family systems theories. *Family Process*, 41 (3), 285-312.

Lyons-Ruth, K., Connell, D., Zoll, D., & Stahl, J. (1987). Infants at social risk: Relations among infant maltreatment, maternal behavior and infant attachment behavior. *Developmental Psychology*, 23, 681-692.

Lyons-Ruth, K., Bronfman, E., & Parsons, E. (1999). Maternal frightened, frightening or atypical behavior and disorganized infant attachment patterns. In J. I. Vondra & D. Barnett (Eds.) *Atypical attachment in infancy and early childhood among at developmental risk. Monographs of the society for research in child development*, 258(64), 67-98.

Lyons-Ruth, K., & Jacobvitz, D. (1999). Attachment disorganization. In J. Cassidy & P. Shaver *Handbook of Attachment - Theory, research and clinical applications* (pp. 520-554). New York: Guilford.

Lyons-Ruth, K., & Jacobvitz, D. (2009). Attachment disorganization: genetic factors,, parenting contexts and developmental transformation from infancy to adulthood. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds). *Handbook of Attachment - Theory, research and clinical applications (second edition)*, pp. 666-697). New York: Guilford.

MacDonald, G. (2001). *Effective intervention for child abuse and neglect. An evidence-based approach to planning and evaluating interventions*. Chichester, UK: Wiley.

Main, M., & Cassidy, J. (1988). Categories of response to reunion with the parent at age six: Predictability from infant attachment classifications and stable across a one-month period. *Developmental Psychology*, 24, 415-426.

Main, M., & Hesse, E. (1990). Parents unresolved traumatic experiences are related to infant disorganized attachment status: Is frightened and/or frightening parental behavior the linking mechanism? In M. Greenberg, D. Cicchetti & E. Cummings (Eds) *Attachment in the Preschool Years: Theory, Research and Intervention*. (pp.161-182). Chicago: Chicago University Press.

Main, M., & Solomon, J. (1986). Discovery of an insecure-disorganized/disoriented attachment pattern. In T. Brazelton & M. Joffe (Eds.), *Affective Development in Infancy* (pp.95-124). New Jersey: Ablex Publishing Corporation.

Main, M., & Solomon, J. (1990). Procedures for identifying infants as disorganized/disoriented during the Ainsworth Strange Situation. In M. Greenberg, D. Cicchetti, & E. Cummings (Eds.), *Attachment in the Preschool Years: Theory, Research and Intervention* (pp.121-160). Chicago: Chicago University Press.

Marvin, R. S. (1977). An ethological-cognitive model for the attenuation of mother-child attachment behavior. In T. M. Alloway, I. Karmes, & P. Pliner (Eds.), *Advances in the study of communication and affect*. NY: Plenum Press.

Marvin, R., Cooper, G., Hoffman, K., & Powell, B. (2002). The Circle of Security project: attachment-based intervention with caregiver-pre-school child dyads. *Attachment and Human Development*, 4(1), 107-124.

McKibbin, A. (1998). Evidence-based practice. *Bulletin of Medical Library Association*, 86(3) 396-401.

Oppenheim, D., Dolev, S., Koren-Karie, N., Sher-Censor, E., Yirmiya, N., & Salomon, S. (2007). Parental Resolution of the child's Diagnosis and the Parent-Child Relationships: Insights from the Reaction to Diagnosis Interview. In Oppenheim, D. & Goldsmith, D. F. (Eds.), *Attachment Theory in Clinical Work with Children* (pp. 109-138). New York: Guilford.

Pieker, S., Nelson, D., Deklyen, M., & Staerkel, F. (2005). Enhancing Early Attachment in the Context of Early Head Start: Can Programs Emphasizing Family Support Improve Rates of Secure Infant-Mother Attachment in Low-Income Families? In Berlin, L. J., Ziv, Y., Amaya-Jackson, & Greenberg, M. (Eds.), *Enhancing Early Attachments - Theory, Research, Intervention and Policy*. (pp.250-275). New York: Guilford.

Pimentel, J. (2004). Avaliação de programas de intervenção precoce. *Análise Psicológica*, 22(1) 65-72.

Powell, B., Cooper, G., Hoffman, K., & Marvin, R. (2007). The Circle of Security Project: A Case Study – “It hurts to give that which you did not receive”. In Oppenheim, D. & Goldsmith, D. F. *Attachment Theory in Clinical Work with Children*. New York: Guilford.

Simpson, J. A. (1999). Attachment theory in modern evolutionary perspective. In J. Cassidy and P. Shaver (Eds.), *Handbook of Attachment - Theory, research and clinical applications*. Guilford: New York.

SNIFI (2010). Critérios de Elegibilidade. www.drealg.min-edu.pt/upload/docs/dsapoe_critérios_elegibilidade.pdf.

van IJzendoorn, M., Bakermans-Kranenburg, M. J., & Juffer, F. (2005). Why Less is More: From the Dodo Bird Verdict To Evidence-Based Interventions on Sensitivity and Early Attachment. In Berlin, L. J., Ziv, Y., Amaya-Jackson, Greenberg, M. *Enhancing Early Attachments - Theory, Research, Intervention and Policy*. (pp. 297-312). New York: Guilford.

van IJzendoorn, M. H., Dijkstra, J., & Bus, A. G. (1995). Attachment, Intelligence, and Language - a Meta-analysis. *Social Development*, 4, 2, 115-128.

van IJzendoorn, M., Goldberg, S., Kroonenberg, P., & Frenkel, O. (1992). The relative effects of maternal and child problems on the quality of attachment: a meta-analysis of attachment in clinical samples. *Child Development*, 63, 840-856.

van IJzendoorn, M., Juffer, F., & Duyvesteyn, M. (1995). Breaking the intergenerational cycle of insecure attachment: a review of the effects of attachment-based interventions on maternal sensitivity and infant security. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 36, 2, 225-248.

van IJzendoorn, M., & Sagi, A. (1999). Cross-Cultural patterns of attachment: Universal and contextual dimensions. In *Handbook of Attachment - Theory, research and clinical applications*. J. Cassidy & P. Shaver NY: Guilford.

van IJzendoorn, M. H., Schuengel, C., & Bakermans-Kranenburg, M. J. (1999). Disorganized attachment in early childhood: meta-analysis of precursors, concomitants, and sequelae. *Developmental Psychopathology*, 11, 2, 225-249.

Weinfield, N. S., Sroufe, L.A., & Egeland, B. (1999). The nature of individual in infant-caregiver attachment. In *Handbook of Attachment - Theory, research and clinical applications*. J. Cassidy & P. Shaver NY: Guilford.

Ziv, Y. (2005). Attachment-Based Intervention Programs: Implications for Attachment Theory and Research. In Berlin, L. J., Ziv, Y., Amaya-Jackson, Greenberg, M. *Enhancing Early Attachments - Theory, Research, Intervention and Policy*. (pp. 61-78). New York: Guilford.